Proc. TC-012.630/2013-6
Tomada de Contas Especial
Recurso de Reconsideração

Parecer

Trata-se de Recurso de Reconsideração interposto pelo Senhor Bruno Leandro da Silva em 21/8/2018 (Peça 141) contra o Acórdão n.º 13.218/2016 – 2.ª Câmara (Peça 70), por meio do qual o Tribunal julgou irregulares suas contas, condenou-o em débito solidariamente com outros responsáveis e lhe aplicou a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443/92.

2. A Secretaria de Recursos sugere não conhecer do apelo, por ser intempestivo e não apresentar fatos novos, nos termos do artigo 32, inciso I, e parágrafo único, da Lei n.º 8.443/1992, c/c o artigo 285, *caput* e § 2.º, do Regimento Interno do TCU (peças 143 e 144).

3. A Unidade Técnica, para análise da tempestividade, considerou que o recorrente foi notificado do acórdão condenatório em 20/12/2016, data da publicação do edital de notificação no Diário Oficial da União (Peça 82).

4. Cumpre registrar que a notificação do *decisum* por via editalícia do Senhor Bruno Leandro da Silva foi justificada pela Unidade Técnica em razão de o responsável ter sido citado por edital, uma vez esgotadas as tentativas de sua localização à época da citação, e de o seu endereço ter permanecido inalterado desde então no Sistema CPF (Peça 74).

5. Realmente, previamente à citação por edital, no período entre janeiro e fevereiro de 2016, foram adotadas algumas tentativas de localização do responsável, as quais resultaram infrutíferas, conforme demonstram os documentos constantes das peças 58 a 62 dos autos.

6. Entretanto, não constam dos autos registros de novas tentativas de localização do responsável após a prolação do acórdão condenatório, tendo ele sido notificado por via editalícia em 20/12/2016 mesmo sem ter restado configurado o esgotamento das medidas possíveis para a efetivação da comunicação processual pelas vias ordinárias.

7. A propósito, não se deve perder de vista que, quando da notificação do acórdão condenatório (20/12/2016), já havia decorrido quase um ano desde os esforços iniciais de localização do responsável para sua citação, ocorridos em janeiro e fevereiro de 2016, e que seria razoável esperar que a Unidade Técnica realizasse novas tentativas antes de adotar o procedimento excepcional de notificação por edital.

8. A nosso ver, a ausência dessas medidas preliminares invalida a notificação do recorrente nos autos, restando prejudicada a análise da tempestividade do presente recurso.

9. Sobre o assunto, cabe ainda colacionar os seguintes precedentes extraídos da Jurisprudência Selecionada do Tribunal:

“É nula a notificação por edital adotada sem antes estarem esgotadas as medidas possíveis para a efetivação da comunicação processual. A notificação por edital é procedimento excepcional, porquanto apenas se presume que o responsável teve ciência dos termos da ação movida a seu desfavor, e somente deve ser adotada quando o destinatário não puder ser encontrado, por se encontrar em lugar ignorado, incerto ou inacessível.” (Acórdão n.º 4.181/2017 – Segunda Câmara, Relator Ministro Aroldo Cedraz)

A não localização do responsável no endereço constante do Cadastro de Pessoas Físicas da Receita Federal (CPF) não é capaz de gerar, por si só, a presunção de que a pessoa se encontra em lugar desconhecido e incerto para justificar a notificação por edital em processo do TCU. Devem ser realizados outros procedimentos que permitam a conclusão de que foram efetuados significativos esforços para localizar o responsável, a exemplo de pesquisas junto a cadastros de órgãos públicos (ex. departamento de trânsito) ou concessionárias de serviços públicos (ex. empresas de telefonia e de fornecimento de energia elétrica), ou mesmo pesquisas na internet, incluindo redes sociais. (Acórdão n.º 1.323/2016 – Plenário, Relator Ministro Benjamin Zymler)

10. Isto posto, em atenção à oitiva solicitada pelo eminente Ministro Relator Augusto Nardes (Peça 145), esta representante do Ministério Público propõe que seja conhecido o Recurso de Reconsideração interposto pelo Senhor Bruno Leandro da Silva e que os autos sejam restituídos à Unidade Técnica para sua análise de mérito.

Ministério Público, 19 de novembro de 2018.

Cristina Machado da Costa e Silva
Procuradora-Geral